



Uma publicação do



SINDICATO DOS
METROVIÁRIOS SP

✉ sindicato@metroviarios-sp.org.br

f /MetroviariosSP

📺 /Metroviarios_SP

Instrumento Normativo

Sindicato acionará MPT sobre alterações

O Sindicato enviou ofício ao Metrô questionando as alterações feitas no Instrumento Normativo, pois considera que algumas delas são ilegais. A empresa respondeu confirmando todas as mudanças.

O Sindicato fez um encaminhamento junto ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) sobre a questão das folgas referentes à prestação de serviços em dias de eleição. O

Metrô será notificado sobre essa alteração.

Com relação a outros pontos do Instrumento Normativo, o Sindicato está finalizando uma Ação Civil Pública para ingressar com denúncia no MPT (Ministério Público do Trabalho).

A entidade também busca uma negociação com as gerências para pressioná-las a manterem a prática de folga em caso de doação de sangue.



Sem acordo: Metrô não pode demitir até fevereiro

Alguns membros da chefia da empresa estão enviando e-mails para a categoria incentivando a pedir demissão com redução de valores. Alegam que Metrô não deve fazer o PDV nos próximos

tempos, estimulando assim os trabalhadores a pedirem demissão em “acordo no desligamento por iniciativa do empregado”, sem os mesmos direitos garantidos à categoria. O Sindicato é contra essa

prática e orienta a ninguém fazer acordo. Além disso, a empresa não pode demitir ninguém até 90 dias após as eleições municipais, em razão de estabilidade que vai até fevereiro.



► **Reunião on-line sobre eleição da CIPA na quarta-feira (14/10), às 18h.**

Pauta: Votação eletrônica. Perto da data da reunião será disponibilizado link para acesso. Participe!

Trabalhadores **querem negociar** novo PO

Publicado recentemente, o Procedimento Operacional (PO) 13-912-A18 trata da “utilização das áreas internas das estações pelos lojistas e empregados a serviço nas áreas comerciais”. A solução apresentada pelo PO é viável em algumas estações, mas não é eficaz nas estações com muitas lojas e/ou áreas internas pequenas.

Os funcionários das lojas devem ter o mesmo direito a condições dignas de trabalho e locais necessários para refeições e sanitários. Mas em estações como BFU, BAS e TAT, a aplicação do PO provocaria aumento significativo de pessoas, prejudicando assim o distanciamento social mínimo



Fotos: Arquivo/Sindicato

exigido devido à pandemia.

O Sindicato quer negociar a implantação do novo PO, para que as condições de cada estação sejam avaliadas com acompanhamento da CIPA e da Segurança do Trabalho.

Os metroviários alocados nas estações citadas anteriormente circularam um abaixo-assinado relatando os problemas, como a

falta de local para suas refeições e condições sanitárias precárias.

O Sindicato entrou em contato com a GOP e solicitou uma reunião com a presença da entidade e uma comissão de empregados para solucionar os problemas ou, ao menos, minimizá-los.

PL 529

Doria tenta **mas não consegue aprovar** extinção de empresas e direitos

O governo Doria tenta impor o fim de empresas e serviços públicos, assim como a retirada de diversos direitos. Uma sessão convocada de surpresa pelo presidente da Alesp (Assembleia Legislativa de SP) Cauê Macris, aliado de João Doria, tentou aprovar o Projeto de Lei (PL) 529/2020, mas não teve sucesso.

A oposição questiona a legitimidade da lei que pode por fim a empresas como EMTU e CDHU



Foto: Arquivo/Sindicato

e prejudica seriamente políticas nas áreas da saúde, transportes, habitação, educação entre outras. O PL também visa

impor derrota aos trabalhadores, atacando diversos direitos.

Por conta da pressão e luta da população e opo-

sição ao governo Doria, dentro e fora da Alesp, o projeto ainda não foi votado e precisa ser derrotado. **Não ao PL 529!**